



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

KAROLAYNE CRISPIM VITORINO DA SILVA

***QUANDO A FESTA SILENCIA A LUTA:
A APROPRIAÇÃO DO 1º DE MAIO PELO ESTADO VARGUISTA
NA PARAÍBA (1930-1945)***

João Pessoa

2025

KAROLAYNE CRISPIM VITORINO DA SILVA

***QUANDO A FESTA SILENCIA A LUTA:
A APROPRIAÇÃO DO 1º DE MAIO PELO ESTADO VARGUISTA
NA PARAÍBA (1930-1945)***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em História pela Universidade Federal
da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

João Pessoa

2025

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586q Silva, Karolayne Crispim Vitorino da.

Quando a festa silencia a luta: a apropriação do 1º de maio pelo estado varguista na Paraíba (1930-1945) / Karolayne Crispim Vitorino da Silva. - João Pessoa, 2025.

51 f. : il.

Orientador: Tiago Bernardon de Oliveira.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Getúlio Vargas. 2. Primeiro de Maio. 3. Paraíba.
4. Classe operária. I. Oliveira, Tiago Bernardon de.
II. Título.

UFPB/CCHLA

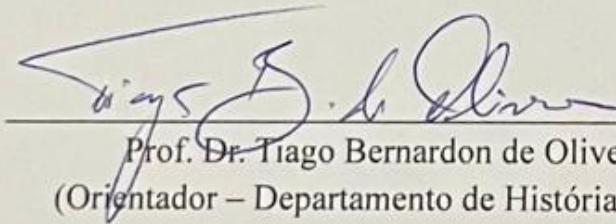
CDU 94 (813.3)

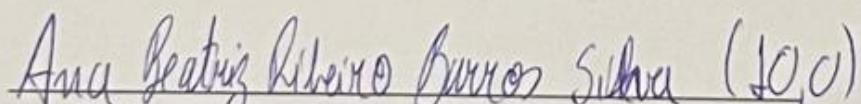
KAROLAYNE CRISPIM VITORINO DA SILVA

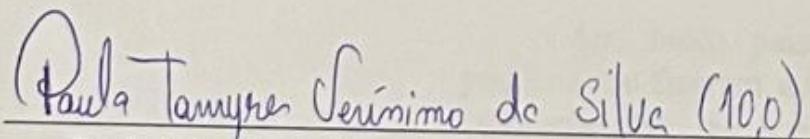
*QUANDO A FESTA SILENCIA A LUTA:
A APROPRIAÇÃO DO 1º DE MAIO PELO ESTADO VARGUISTA
NA PARAÍBA (1930-1945)*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História, pelo Curso de História da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

 (10,0)
Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
(Orientador – Departamento de História/UFPB)

 (10,0)
Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
(Departamento de História/UFPB)

 (10,0)
Profa. Ma. Paula Tamires Veríssimo da Silva
(Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História/UFPB)

Aos meus pais, que desde pequena me fizeram acreditar que o extraordinário é possível. Cada palavra de apoio e cada gesto de amor foram a munição que me deu coragem para seguir e alcançar meus sonhos.

“O passado não deve ser
temido, pois ele guia o nosso futuro”
(Walt Disney Pictures, *Moana*, 2016)

AGRADECIMENTOS

Lembro-me com carinho de quando aprendi sobre a fé. Aprendi que, se eu pedisse com vontade e acreditasse, aquilo se realizaria. Lembro-me também do momento em que entendi que os planos de Deus nem sempre são iguais aos nossos, os planos d'Ele sempre foram maiores que os meus. Por isso, quero agradecer primeiramente a Ele, que me sustentou, me deu coragem, ânimo e força para chegar até aqui. Sem Ele, eu nada seria. Além disso, meu coração se enche de gratidão por todas as pessoas que Ele colocou no meu caminho, pois elas foram o alicerce da minha própria história.

Acredito que todos que passam pela nossa vida deixam algo de si e levam um pouco de nós. Os primeiros que me marcaram são a base da minha vida, o porto seguro que eu sempre precisei, o acalento para minha alma sempre que ela estava cansada. Minha família esteve comigo em todos os momentos: desde a minha adaptação na escolinha até a minha graduação. Eles nunca mediram esforços para que eu pudesse ter não apenas a melhor educação, mas a melhor vida possível — e conseguiram.

Ao meu pai, Denis Vitorino da Silva, nenhum “obrigada” seria suficiente para agradecer o homem que o senhor foi e sempre será em minha vida. Com o senhor, aprendi a ser justa, honrada, fiel a quem amo e a nunca medir esforços para ajudar o outro. Lembro quando ele dizia: “Estude, minha filha, para que você não seja igual ao seu pai”. E eu estudei. Estou fechando esse ciclo, mas o meu maior orgulho é ser igual a você! Obrigada, painho, sem você tudo isso seria apenas um sonho.

À minha mãe, Luciana Crispim da Silva, que sempre esteve ao meu lado, me mostrando como crescer. Mainha é sinônimo de felicidade, ela me ensinou que a vida é bonita, que tudo é motivo para festa, mas também que, quando a tempestade vem, ela é o sol que ilumina nossos dias. Sem seu incentivo, tudo teria sido mais difícil. Obrigada por sempre mostrar sua confiança em mim!

Aos meus irmãos, que mesmo tão iguais, são também tão diferentes, e com isso me ensinam todos os dias. Obrigada por sempre estarem comigo. Nós crescemos juntos, e isso é parte de quem eu sou. Sem vocês, nada disso seria possível.

Aos meus familiares, agradeço pelo incentivo constante! Em especial às minhas avós, Maria Celita e Rubenil Silva (in memoriam), que, mesmo sem saber, me ensinaram sobre o amor — um amor que vale a pena ser demonstrado, pois as pessoas que amamos precisam saber o quanto são queridas por nós. Falando de amor, tive a graça de conhecê-lo de perto, não só o fraternal, mas também o romântico, e para mim ele é lindo e merece igualmente este agradecimento.

Ao meu amado, Danyel A. Rodrigues de Aguiar, você foi, sem sombra de dúvidas, um dos meus maiores incentivadores. Sempre me fez alcançar coisas que eu nunca imaginei que alcançaria, me fez voar alto e, todas as vezes que minhas asas cansavam e eu precisava de um pouso, era você que eu encontrava como abrigo. Você foi minha força quando eu não tinha, minha fé quando eu desacreditei e o meu melhor amigo. Obrigada, meu amor. Sem você, eu conseguia, mas você tornou tudo mais fácil e tranquilo. Eu te amo mil milhões!

At this special moment, I would like to thank Johannes and Françoise, my dear Petit Jan and my dear Mama. Please know that without you everything would have been much harder; thank you for your generosity and love. I also thank Albert and his family, who, even without knowing me, placed their trust in me and invested in me. Know that you are an essential part of this journey.

Aos meus educadores, na figura especial de Maria Helena, diretora da Escola do Legislativo, que com sua graça e bondade cuida de todos como filhos e abre portas para um futuro que muitos nem imaginariam ter. Vocês foram parte importante da minha vida e inspiração para que eu possa, um dia, ser isso na vida de um aluno.

Aos meus amigos, Geraldo Henrique e Anny Caroline, vocês são mais que especiais para mim, são irmãos que a vida me deu. Aprendi muito com vocês e sei que, mesmo que um dia a vida nos afaste de alguma forma, nossa amizade será guardada para sempre! Agradeço também a Kyanne, que foi um suporte emocional nesta etapa final e que, com seu jeito doce, conseguiu deixar tudo mais leve.

Agradeço ainda ao Instituto Educacional Fênix, na pessoa de Rayanne Maia, que, com seu jeito delicado e vocação nata para a educação, me mostrou que a jornada é dura, mas que, quando feita com amor e cuidado, se torna mais leve. Também deixo meu carinho aos meus colegas de trabalho: saibam que vocês tornam os dias mais tranquilos. Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador, Tiago Bernardon de Oliveira. Minha admiração pelo seu trabalho nasceu do cuidado que o senhor teve em me fazer entender um conceito considerado difícil — até então, eu não havia encontrado alguém com tanto zelo. Agradeço também à minha banca avaliadora, Ana Beatriz e Paula Veríssimo. Vocês são inspirações acadêmicas e femininas. Bia, sempre fiquei encantada com suas aulas e com sua presença, que exala luz e força. Paula, mesmo em tão pouco tempo de contato acadêmico, desde a visita ao arquivo do TRT, eu já a admiro pela forma de falar e de expor suas ideias. Saibam que aqui existe uma pessoa que admira vocês três *cum força*.

RESUMO

Este trabalho investiga a trajetória histórica do Primeiro de Maio e sua apropriação política durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com foco nas comemorações realizadas na Paraíba. Por meio de pesquisa histórico-documental, baseada na historiografia do trabalho e na análise das edições do jornal *A União*, examina-se como uma data originalmente marcada pela luta operária foi progressivamente convertida em instrumento de propaganda estatal. O estudo inicia-se com uma reflexão sobre a história do trabalho, desde a Antiguidade até a Revolução Industrial, ressaltando a passagem do trabalho como imposição divina para elemento estruturante do capitalismo. Em seguida, aborda a formação da classe operária brasileira e paraibana, evidenciando a pouca visibilidade das mobilizações regionais fora do eixo Rio–São Paulo. A pesquisa reconstrói ainda a origem internacional do Primeiro de Maio, nas greves de Chicago em 1886, e sua chegada ao Brasil, onde se tornou feriado nacional em 1924. Na Paraíba, as primeiras comemorações mantiveram caráter associativo, com sessões solenes e homenagens aos Mártires de Chicago. Entretanto, a partir de 1937, observa-se crescente centralização e controle estatal, com festas organizadas por comissões alinhadas ao governo, discursos oficiais e a difusão da imagem de Vargas como “pai dos pobres”. Benefícios como o salário mínimo e a Consolidação das Leis do Trabalho foram apresentados como dádivas do Estado, apagando a memória das lutas operárias. Conclui-se que o Primeiro de Maio na Paraíba exemplifica a capacidade do Estado Novo de ressignificar símbolos de resistência, transformando um rito de reivindicação em celebração de harmonia social e lealdade ao governo.

Palavras-Chave: Primeiro de Maio; Getúlio Vargas; Paraíba; Classe Operária; Movimento Trabalhista;

ABSTRACT

This study investigates the historical trajectory of May Day and its political appropriation during Getúlio Vargas' government (1930–1945), focusing on the celebrations held in the state of Paraíba. Through historical and documentary research, based on labor historiography and analysis of the newspaper *A União*, it examines how a date originally marked by workers' struggle was progressively transformed into an instrument of state propaganda. The research begins with a reflection on the history of labor, from Antiquity to the Industrial Revolution, highlighting the shift from labor as a divine imposition to a central element of capitalism. It then explores the formation of the Brazilian and Paraiban working class, emphasizing the limited visibility of regional labor movements outside the Rio–São Paulo axis. The study also reconstructs the international origins of May Day, rooted in the 1886 Chicago strikes, and its adoption in Brazil, where it became a national holiday in 1924. In Paraíba, early celebrations preserved an associative character, with solemn sessions and tributes to the Chicago Martyrs. However, from 1937 onward, increasing state centralization and control became evident, with events organized by government-aligned committees, official speeches, and the promotion of Vargas' image as the “father of the poor.” Measures such as the minimum wage and the Consolidation of Labor Laws were presented as state gifts, overshadowing the memory of workers' struggles. The study concludes that May Day in Paraíba exemplifies the Estado Novo's ability to redefine symbols of resistance, transforming a day of protest into a celebration of social harmony and loyalty to the government.

Key Words: May Day; Getúlio Vargas; Paraíba; Working Class; Labor Movement;

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
2. BREVE OLHAR HISTÓRICO SOBRE A HISTÓRIA DO TRABALHO	14
3. HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E PARAIBANA DA CLASSE OPERÁRIA	19
4. O PRIMEIRO DE MAIO	22
5. O PRIMEIRO DE MAIO NA ERA VARGAS	30
6. O PRIMEIRO DE MAIO NA PARAÍBA (1930-1945)	36
6.1 Entre a festa dos trabalhadores e a propaganda do Estado	38
Referências	39
Bibliografia	49

1. INTRODUÇÃO

As celebrações de Primeiro de Maio no Brasil, especialmente ao longo do século XX, revelam muito mais do que simples homenagens ao trabalhador. Elas refletem disputas de significados, estratégias de poder e processos de construção de memória coletiva. Em meio a transformações políticas profundas, a data passou de um momento marcado pela mobilização autônoma da classe operária para um espaço de afirmação estatal, principalmente durante o governo de Getúlio Vargas. É nesse cenário, em que rituais públicos e discursos oficiais se entrelaçam, que este estudo busca compreender como o 1º de Maio foi apropriado como instrumento de propaganda e legitimação política, com ênfase no caso da Paraíba.

Primeiramente, este estudo é classificado como uma pesquisa históricodocumental, pois se baseia tanto na produção bibliográfica consolidada pela historiografia quanto na análise de fontes primárias. A opção por essa abordagem metodológica está intimamente ligada ao objeto de estudo: as celebrações do Dia do Trabalho durante o primeiro governo Vargas no período de 1930 a 1945, em particular na Paraíba.

Esse foi um momento em que a data, anteriormente marcada pela luta autônoma da classe trabalhadora, ganhou novo impulso de apropriação pelo Estado e foi convertida em uma celebração cívica e propagandística, ainda que já houvesse experiências anteriores de apoio ou institucionalização, como o decreto de Arthur Bernardes na década de 1920 e comemorações oficiais em estados como a Paraíba em 1912. Para entender esse processo, foi preciso combinar a análise historiográfica prévia com os registros contemporâneos que mostram as maneiras de apropriação simbólica.

Para compreender tal dinâmica no estado da Paraíba, vamos analisar duas frentes complementares, ou seja, a produção historiográfica, que fornece interpretações fundamentais sobre o trabalho, as classes sociais e o papel do Estado na Era Vargas; de outro, a análise das manifestações simbólicas registradas no jornal paraibano mantido pelo Poder Executivo, *A União*.

Karl Marx (2013), Angela de Castro Gomes (2013), Isabel Bilhão (2011), José Del Roio (1988), Márcio Tiago Aprígio de Figueirêdo (2016), Michel Perrot (1988) e outros autores são notáveis entre as fontes secundárias. A seleção desses referenciais não foi feita

de forma aleatória, mas sim pela importância que eles têm no campo de estudos sobre trabalho, classe operária. Assim, essas referências são essenciais para apoiar o recorte temporal e temático desenvolvido aqui, possibilitando o diálogo entre interpretações tradicionais e abordagens mais contemporâneas.

Em relação às fontes primárias, o elemento principal é formado pelas edições do jornal *A União* publicadas de 1930 a 1945. O jornal *A União* foi criado em 1893, no governo do major Álvaro Machado. O periódico nasceu com o propósito de ser o órgão de divulgação e defesa do Partido Republicano da Paraíba (PRP), mas posteriormente deixou de estar vinculado ao partido e passou a ser incorporado e administrado pelo Estado. Nesse sentido, o jornal deve ser entendido não como um espaço aberto para expressão social e mais como um instrumento político de propaganda.

Diante do exposto, para viabilizar a pesquisa deste TCC sobre um recorte temporal de 15 anos, foi estabelecido o procedimento metodológico de consultar as edições do periódico de cinco dias antes e cinco dias depois do dia 1º de Maio em cada ano, com o objetivo de captar tanto os preparativos quanto o desenvolvimento das celebrações. A análise do material coletado no jornal será realizada em diálogo com a historiografia especializada, visando identificar símbolos, narrativas e táticas de legitimação política. Esse cruzamento de fontes tem como objetivo prevenir uma interpretação unilateral dos registros, uma vez que *A União* possui um forte caráter oficialista.

Nesse contexto, é preciso reconhecer algumas dificuldades que atravessaram o estudo. A primeira é a falta de bibliografia especificamente dedicada à Paraíba nessa temática. Isso, por sua vez, representa tanto um desafio quanto um aspecto distintivo do estudo, pois proporciona uma oportunidade para uma contribuição original. Também é importante mencionar a condição de conservação de alguns exemplares do jornal devido à sua antiguidade, embora o acesso digital disponível ajude a mitigar esse problema em certa medida, visto que por ser fotografias algumas se tornam ilegíveis. Outra limitação diz respeito à natureza governamental da fonte: como é um jornal oficial, há uma tendência em silenciar vozes divergentes, escondendo o aspecto de conflito e resistência na história do 1º de Maio.

Em suma, a escolha dessa metodologia ajuda a garantir a originalidade do trabalho. Ao investigar uma fonte regional ainda pouco explorada, este estudo não apenas amplia a compreensão das celebrações do 1º de Maio no Brasil, mas também evidencia como a

propaganda estatal varguista se enraizou em realidades locais, revelando as múltiplas dimensões da relação entre Estado, trabalho e memória. Por fim, cabe mencionar que será mantida a grafia original das transcrições das fontes primárias e de trechos da bibliografia consultada.

2. BREVE OLHAR HISTÓRICO SOBRE A HISTÓRIA DO TRABALHO

Antes de adentrar a análise específica das celebrações do 1º de Maio, é oportuno apresentar um breve panorama histórico sobre a formação do trabalho como questão social e política, não com a intenção de aprofundar a discussão, mas de oferecer ao leitor um norte sobre os principais marcos dessa trajetória.

Sendo assim, o trabalho, enquanto expressão fundamental da relação do ser humano com o mundo, tem sido historicamente moldado pelas transformações sociais, econômicas e culturais de cada época. Longe de ser uma atividade estática ou universalmente definida, o trabalho assume diferentes significados conforme os contextos históricos e as estruturas sociais em que se insere. A maneira como as sociedades compreendem e organizam o ato de trabalhar reflete suas realidades materiais, valores e sistemas de poder, demonstrando que o trabalho é, acima de tudo, uma categoria histórica em constante reinvenção.

No século XIX, o trabalho passou a ser analisado sob uma perspectiva ontológica por diversos estudiosos. Karl Marx, por exemplo, argumentava que o trabalho é o que humaniza o ser humano, distinguindo-o dos demais animais. Sua citação expressa com clareza essa visão do trabalho como elemento diferenciador:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente.

Continua o autor:

Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e a qual ele tem que subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado (Marx, 2013, p. 327).

O trabalho, concretamente, apresenta-se primordial para a sociedade, sendo tão antigo quanto a própria humanidade. Entre diferentes visões sobre a origem do ser humano, aqueles que seguem a tradição criacionista encontram, nos textos sagrados, referências ao papel do trabalho desde os primórdios. Em Gênesis, capítulo 3, versículo 19, lê-se: "No suor do teu rosto comerás o teu pão". Esse trecho marca, na tradição judaico-cristã, o momento em que o trabalho passa a ser concebido como uma atividade necessária para o sustento, porém marcada pelo esforço e pelo sofrimento.

Sob a ótica evolucionista, o desenvolvimento do trabalho está ligado ao processo de adaptação e sobrevivência da espécie humana. À medida que os hominídeos evoluíram, o uso de ferramentas, a divisão de tarefas e a cooperação em grupo tornaramse essenciais para a conquista de alimentos, abrigo e segurança, ou seja, marcando o trabalho como uma atividade fundamental, moldada pelo esforço físico e intelectual ao longo do tempo.

A história do trabalho está intrinsecamente ligada à construção das sociedades humanas, suas estruturas econômicas, culturais e políticas. Ao longo do tempo, o trabalho passou por ressignificações profundas, deixando de ser apenas um castigo divino para tornar-se elemento central das relações sociais modernas.

Na Grécia Antiga, de acordo com Arendt (2004), os gregos diferenciavam o labor – atividade relacionada à sobrevivência – do trabalho – produção de objetos duráveis. Essa distinção é essencial para compreender como o trabalho era visto não apenas como uma necessidade biológica, mas também como expressão da capacidade humana de transformar o mundo:

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. [...] O trabalho produz um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural (Arendt, 2004, p. 15).

Como desdobramento dessa visão da atividade intelectual, o pensamento aristotélico também reflete uma visão hierárquica do trabalho. Aristóteles classificava como “mesquinhas” as ocupações manuais por demandarem esforço físico e não proporcionarem desenvolvimento moral ou intelectual.

O desprezo manifesto pelos gregos em relação ao trabalho vem de uma constatação lógica. O sentido que emprestam ao trabalho não é um sentido transformador, de uma atividade que se contrapõe à natureza, mas o de adequação ao que a natureza e a vida nos reservam. Quem trabalha está sujeito à matéria, está sujeito às resistências impostas pela matéria que ele transforma. Essa sujeição, tanto a que o condiciona diretamente, como a que o obriga a condicionar outros homens que trabalhem para ele, tira sua liberdade. Por isso, para os gregos, a existência do que hoje chamariamos de trabalhador é heterônima e, portanto, depreciada (Thiry-Cherques, 2003, p. 9).

Essa concepção hierárquica do trabalho, predominante no mundo antigo, começa a se transformar quando o cristianismo passa a desempenhar um papel central na organização social e cultural europeia. Durante a Idade Média, o trabalho foi profundamente influenciado por esse contexto religioso. As ordens monásticas, especialmente a beneditina, contribuíram para a valorização ética do trabalho, sintetizada no lema “Ora et labora” (“reza e trabalha”), que vinculava o esforço físico à disciplina moral e espiritual. Esse novo olhar cristão sobre o trabalho é reforçado, por exemplo, por Santo Agostinho, que utiliza metáforas comerciais para ilustrar a vida cristã:

Santo Agostino utiliza, muito positivamente, as metáforas comerciais, que aplica à vida cristã. Ele compara os fiéis que progridem todos os dias a bons comerciantes (*boni negotiatores*). Dirige-se aos futuros batizados apresentando-lhes o símbolo (*Symbolum*) que vão receber, contendo o resumo da fé, como um contrato (visto que a palavra *symbolum* tem também esse sentido) que funda sua sociedade (aqui, ele joga com o duplo sentido da palavra *societas*) em busca de mercadorias espirituais mercês *spiritales*). Fala, sobretudo, da salvação, da redenção (uma metáfora econômica central na tradição cristã), assim como de santos comércios (*sancta commercia*) e de Cristo como um comerciante *mercator*) que compra a humanidade. (Salamito, 2005, *apud*, Matias, 2014, p. 7)

Complementando essa perspectiva, o artigo de Terezinha Oliveira, “Considerações sobre o trabalho na Idade Média”, destaca que o trabalho na Europa daquele período não pode ser compreendido apenas sob a ótica material, pois havia também uma intensa valorização das atividades intelectuais e espirituais, especialmente no interior dos mosteiros e instituições religiosas. Para a autora, “a valorização de um ideário mental do homem medieval” não excluía o trabalho físico, mas o complementava, expressando uma forma de ver o mundo em que corpo e espírito estavam em constante interação (Oliveira, 2012, p. 111).

Esse modelo de compreensão do trabalho, centrado em valores éticos, espirituais e comunitários, perdurou por séculos. Contudo, a progressiva secularização da sociedade ocidental preparou o terreno para uma nova lógica produtiva, marcada pela racionalidade técnica e econômica. É nesse contexto de transição que se insere a Revolução Industrial, um marco histórico que rompeu com as estruturas medievais de produção e inaugurou uma era em que a energia humana, antes central, foi sendo substituída por fontes motrizes não humanas.

A Revolução Industrial representa, portanto, uma ruptura profunda com os valores e práticas anteriores, estabelecendo novos paradigmas sociais, econômicos e culturais. Segundo Dorigati e Luz (2019), o termo “revolução” já indica uma mudança significativa e, mais do que avanços tecnológicos, a Revolução Industrial consolidou o capitalismo, aumentou drasticamente a produtividade, alterou comportamentos sociais e dividiu a sociedade em duas classes opostas: burguesia e proletariado (Cavalcanti e Silva, 2011).

Nesse novo cenário, o trabalho continua sendo realizado “com o suor do rosto”, mas agora sob a lógica do capitalismo industrial — exaustivo, alienado e desumanizante. Karl Marx descreve com clareza esse processo em *O Capital*, ao afirmar que:

A morna rotina de um trabalho desgastante e sem fim (*drudgery*), no qual se repete sempre e infinitamente o mesmo processo mecânico, assemelha-se ao suplício de Sísifo — o peso do trabalho, como o da rocha, recai sempre sobre o operário exausto (Marx, 2013, p. 606).

Essa passagem evidencia como o sistema capitalista transforma o excesso de trabalho em norma social, impondo jornadas extenuantes e precariedade permanente. O trabalhador, assim, vê-se submetido a uma lógica que compromete sua saúde, dignidade e autonomia, tornando o labor cada vez mais distante de qualquer realização pessoal ou sentido humano.

O que antes era concebido como imposição divina, ou como uma questão de evolução, torna-se agora uma imposição socioeconômica, marcada pela exploração sistemática da classe trabalhadora. Conforme analisa Elisângela Magela Oliveira (2004), com base nos estudos de E.P. Thompson, Eric Hobsbawm e Karl Marx, a Revolução Industrial provocou uma ruptura profunda nas relações de trabalho. Os operários perderam a autonomia sobre o tempo, o saber e os meios de produção, sendo subordinados à disciplina das máquinas.

Segundo Karl Marx (2013, p. 961), no modo de produção capitalista, o trabalho deixa de ser uma forma de realização humana para se tornar um meio de sobrevivência imposto por uma lógica impessoal, centrada no lucro.

Contudo, frente a essas condições de exploração, emerge uma nova força histórica, a classe operária. Essa classe não surgiu automaticamente com as fábricas, mas se constituiu em processos de resistência e organização social anteriores ao próprio desenvolvimento industrial. De acordo com Thompson (2004, p. 9), é inaceitável considerar a classe operária apenas como um “produto” da indústria, pois sua formação histórica envolve lutas que precedem o avanço fabril.

Dessa forma, a trajetória histórica do trabalho revela sua profunda transformação ao longo do tempo - de uma imposição divina marcada pelo sofrimento à base estruturante das relações sociais no capitalismo industrial. O que era, na tradição judaico-cristã, uma resposta ao pecado original, torna-se, com o passar dos séculos, uma atividade ressignificada cultural, ética e economicamente. Nesse processo, emergem também resistências e lutas, que revelam o trabalho não apenas como instrumento de exploração, mas também como espaço de disputas e transformações sociais.

Portanto, ao nos debruçarmos sobre a história da classe trabalhadora, deparamos com uma configuração historicamente complexa e multifacetada, que não pode ser apreendida por categorias fixas ou por abordagens simplificadoras. Trata-se de um processo dinâmico, constituído por práticas de resistência, enfrentamento, negociação e, por vezes, de conformismo frente às estruturas de dominação. A atuação da classe operária articula-se tanto em experiências cotidianas desorganizadas quanto em formas politicamente organizadas, expressas em sindicatos, partidos e outras instituições coletivas. Tais formas organizativas não apenas refletem as condições concretas da classe, mas também atuam na constituição de sua consciência histórica.

A discussão em torno das organizações institucionalizadas da classe operária permanece, portanto, atual, exigindo um redimensionamento analítico que considere o conflito entre capital e trabalho como elemento estruturante das relações sociais. Este conflito, conforme evidenciado pela historiografia social, especialmente nos estudos de E.P. Thompson, não se apresenta de maneira estanque, mas como parte constitutiva da dinâmica histórica. A classe trabalhadora deve ser compreendida como um sujeito histórico em constante formação, cuja identidade se constrói nas práticas sociais e nos embates concretos com outras classes.

3. HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E PARAIBANA DA CLASSE OPERÁRIA

Ao voltarmos nossos olhos para o Brasil, percebemos que a história do trabalho está intrinsecamente ligada ao passado colonial, marcado por um sistema escravista que perdurou até o final do século XIX. Diferentemente de muitos países europeus, a consolidação do capitalismo no Brasil não esteve associada a uma ruptura significativa com estruturas camponesas e artesanais bem estabelecidas. A sociedade brasileira se organizava a partir de uma rígida hierarquia social, que alimentava profundas desigualdades, onde grande parte da população vivia de atividades voltadas à própria subsistência. Como desdobramento desse modelo excludente, multiplicavam-se os chamados “desclassificados sociais”, como aponta Kowarick (1994).

Entre eles estavam os mendigos — indivíduos que viviam da mão para a boca, sem local fixo de moradia — que, como tantos outros, não encontravam formas estáveis de inserção social. Tratava-se de pessoas de diferentes matizes sociais, enquadradas na ampla gama dos “desclassificados”: majoritariamente, segmentos da população livre e liberta, conhecidos sob a designação de “vadios”. Para essa população, que não era nem senhor nem escravo, restavam os trabalhos ocasionais e atividades de subsistência (Kowarick, 1994, p. 41).

A chamada "Revolução de 30" inaugurou uma etapa decisiva no processo de constituição do Estado brasileiro como nacional, capitalista e burguês. A quebra das autonomias estaduais — base das tradicionais oligarquias regionais — deu lugar a uma crescente centralização do poder, concentrando no Executivo federal o controle das políticas econômicas e sociais, bem como dos aparelhos coercitivo-repressivos. Assim se

constituía o poder do Estado como entidade unificada e representante do chamado "interesse geral". Embora esse processo tenha se iniciado no pós-1930, seu marco decisivo foi a instauração do Estado Novo, em 1937.

Esse processo de centralização estatal, combinado à urbanização crescente e à industrialização concentrada em determinadas regiões, não apenas moldou as dinâmicas econômicas e sociais do país, como também influenciou a forma como a história do trabalho passou a ser estudada. Por muito tempo, as pesquisas historiográficas refletiram essa concentração geográfica e política, limitando-se quase exclusivamente ao eixo RioSão Paulo. Essa ênfase se justifica, em parte, por essa região ter sediado as primeiras experiências industriais no país, tornando-se, assim, o principal foco dos estudos acadêmicos; também se configuraram nos locais onde se erigiram centros pioneiros de investigação acadêmica. No entanto, tal concentração acabou por negligenciar a diversidade de experiências laborais em outras regiões brasileiras.

Nesse sentido, Silvia Regina Ferraz Petersen (1995) problematiza esse foco acadêmico no Sudeste, argumentando que, ao privilegiar São Paulo e Rio de Janeiro, ignora-se a complexidade de outras trajetórias, como as do Rio Grande do Sul, estado de onde a autora é proveniente. Ainda segundo ela, a história dessa região possui características relevantes para a compreensão mais abrangente da formação da classe trabalhadora no Brasil. Essa crítica destaca a necessidade de uma abordagem mais inclusiva, que reconheça a multiplicidade de experiências laborais no país. Ampliar o olhar para além dos grandes centros não só enriquece o campo historiográfico, como também valoriza as contribuições de diversas comunidades na construção da sociedade brasileira contemporânea.

Essa crítica ganha ainda mais força quando consideramos outras regiões historicamente invisibilizadas pela historiografia, como o Nordeste. Em sua dissertação de mestrado, Paula Tamires Verissimo da Silva (2021) analisa as experiências sindicais na Paraíba, ressaltando sua importância histórica. A autora destaca que, embora sem protagonismo nas narrativas nacionais, os movimentos sindicais nordestinos tiveram características singulares e relevantes para a compreensão da trajetória dos trabalhadores brasileiros. Em sua pesquisa, menciona dados levantados por Eltern Campina Vale na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que revelam a existência de cerca de 33 sindicatos ativos na Paraíba no final da década de 1950.

Essa invisibilidade das lutas sindicais nordestinas não deve ser interpretada como desvalorização intrínseca, mas como reflexo da concentração historiográfica no Sul e Sudeste. Entretanto, como demonstram os estudos de Veríssimo da Silva e os dados de Vale, as mobilizações trabalhistas no Nordeste foram fundamentais para o fortalecimento do movimento operário nacional e para a conquista de direitos sociais. Reconhecer essas lutas é essencial para uma leitura mais justa e plural da história do trabalho no Brasil.

Além dessas experiências organizadas, é crucial também considerar as vivências individuais dos trabalhadores. Em 2009, Silvia Regina Ferraz Petersen realizou um levantamento bibliográfico, publicado em 2010 que reuniu 43 trabalhos sobre a Paraíba, abordando desde a agricultura de subsistência até formas de inserção industrial. Tal levantamento evidencia a importância de ampliar os enfoques historiográficos, revelando a diversidade e complexidade das experiências laborais locais, muitas vezes ignoradas pelas narrativas mais amplas.

Nesse mesmo sentido, Claudio H. Batalha (2003), em seu texto “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”, traça um panorama da evolução desse campo de pesquisa no país. O autor destaca que, por um longo período, os estudos sobre o movimento operário estiveram restritos às áreas da Sociologia e da Ciência Política, com o intuito de elaborar grandes sínteses explicativas. Segundo ele, a inserção da história acadêmica nesse campo ocorre na década de 1970, com destaque para o trabalho pioneiro de Maria Cecília Baeta Neves sobre a greve dos sapateiros de 1906.

Essa vertente atinge seu auge e declínio na década de 1980. Com a diminuição da repressão militar e a emergência das greves metalúrgicas no ABC Paulista, os estudos operários se expandem, ampliando o recorte temporal para além da década de 1930. No entanto, o foco centralizado começou a se fragmentar, passando a abranger não apenas os movimentos organizados, mas a classe operária como um todo. A partir dessa crise, surgem novas abordagens que ampliam o escopo dos estudos sobre o trabalho. Como aponta Batalha, a história operária passou a trilhar caminhos inovadores, abordando temas como cidadania, política e cultura.

Questões como gênero, raça, formas de resistência e agência dos trabalhadores passaram a ganhar destaque. Essas novas abordagens trouxeram uma visão mais complexa da classe operária, indo além das estruturas formais de organização e valorizando as múltiplas dimensões da experiência laboral.

Incorporar essas perspectivas permite que a historiografia vá além dos marcos institucionais e reconheça a importância daqueles trabalhadores anônimos, mas fundamentais, que sustentaram a base do mundo do trabalho. Trata-se de um movimento historiográfico que não apenas amplia o escopo dos estudos, mas também democratiza a memória coletiva.

Contudo, mesmo compreendendo a importância dessa democratização da memória, a historiografia paraibana ainda é limitada, como aponta Márcio Tiago Aprígio de Figueirêdo (2011) em seus estudos. O autor identifica dois principais fatores para essa lacuna nos estudos sobre a classe operária no estado: o primeiro diz respeito à escassez de documentos produzidos pelos próprios trabalhadores ou direcionados a eles, o que dificulta a análise de suas dinâmicas sociais e políticas; o segundo refere-se a abordagens analíticas reducionistas, baseadas na fórmula "energia a vapor + sistema industrial", que tratam a classe operária de forma mecânica. Nessa perspectiva, como o processo de industrialização na Paraíba ocorreu em ritmo distinto do centro-sul do país, os trabalhadores locais acabam sendo vistos como dispersos, irrelevantes ou até inexistentes, o que dificulta a problematização de sua atuação histórica.

Assim, apesar das contribuições existentes sobre a história da Paraíba, elas ainda são insuficientes, o que contribui para que a classe operária local permaneça subestimada na historiografia. Não podemos negligenciar esses estudos, especialmente considerando que, desde a instauração do regime republicano, já se observa a presença da classe operária na Paraíba, como aponta Silva Petersen (2009) em seu levantamento. Diante disso, busco contribuir para essa historiografia, analisando a presença da classe operária nas manifestações de Primeiro de Maio durante o período varguista.

4. O PRIMEIRO DE MAIO

A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII e expandida ao longo do século XIX, havia transformado radicalmente a economia e a organização social, mas também aprofundando a exploração da classe trabalhadora. Jornadas exaustivas de 12, 14 ou até 16 horas diárias, ambientes insalubres e a ausência de direitos eram parte do cotidiano das fábricas. Nesse contexto, em 1º de maio de 1886, uma greve organizada em

Chicago, nos Estados Unidos, reivindicando a redução da jornada de trabalho, ganharia posteriormente destaque internacional. O episódio, inicialmente localizado, conhecido como o massacre de Haymarket, tornou-se um marco histórico de projeção mundial da luta operária em razão da violenta repressão sofrida e das condenações de militantes anarquistas.

A reivindicação era a redução da carga horária exaustiva, limitando-a a oito horas diárias, forjando o lema oito horas para trabalhar, oito horas para descansar e oito horas para o lazer. Alguns sindicatos, de fato, conseguiram conquistar essa reivindicação nos meses que antecederam a greve geral. Contudo, como relata Antonio Federico Werner, foi em Chicago que a luta se intensificou e se tornou especialmente árdua, com forte oposição das classes dominantes e de jornais que procuravam construir uma opinião pública contrária às reivindicações operárias:

A reação foi dura, como se pode comprovar pelas publicações conservadoras. O *State Register* de Illinois expressava que a luta pelas oito horas “é uma das maiores estupidezes que haviam sido propostas quanto à questão trabalhista” e, para o *New York Times*, “as greves pelo cumprimento da jornada de oito horas podem paralisar a indústria, desaquecer o comércio e atrasar a prosperidade da nação.” Ainda mais longe iria o *Tribune*, ao opinar que “a redução da jornada de trabalho irá significar que os trabalhadores terão mais tempo para dedicar à bebida” e “se querem menos horas, terão que ser mais eficientes para produzir o mesmo tanto que agora (Werner, 2005, p. 148).

A greve começou no dia primeiro de maio, com um grande comício pacífico, e se estendeu até o dia 3. Nesse período, a imprensa e os industriais passaram a pedir uma repressão mais forte. Por causa dessa pressão, a polícia foi até o comício que acontecia na fábrica McCormick Harvester e, de acordo com Luciana Barbosa Arêas, foi onde a situação se complicou:

[...] à tarde, um incidente em frente à usina McCormick resultou em um confronto entre grevistas e policiais, no qual dois trabalhadores morreram e vários ativistas foram presos (Arêas, 1997-1998 *apud* Aprígio de Figueirêdo, 2011, p. 38)

No dia seguinte, 4 de maio, os trabalhadores, revoltados com a ação da polícia, fizeram uma passeata fúnebre na praça Haymarket. Enquanto estavam lá, velando os mortos, aconteceu um atentado: uma bomba explodiu e feriu cerca de 60 pessoas de

diferentes origens – operários, familiares e policiais. Essa violência acabou levando ao encerramento da greve e a uma grande repressão aos operários de Chicago.

Esse episódio ficou conhecido como o Massacre de Haymarket, e até hoje as verdadeiras pessoas responsáveis pelo ocorrido nunca foram encontradas. No entanto, era preciso apontar alguém como culpado. Assim, os imigrantes anarquistas e socialistas August Spies, Sam Fielden, Oscar Neeb, Adolph Fischer, Michel Schwab e Louis Lingg foram considerados responsáveis. No dia 11 de novembro, todos eles foram executados, exceto Louis Lingg, que havia cometido suicídio antes da sentença ser cumprida. Dessa tragédia emergiram os chamados Mártires de Chicago, cuja memória se consolidou como símbolo da luta operária e fundamentou a escolha do 1º de Maio como o Dia do Trabalho em diversas partes do mundo.

Nesse contexto de luta, em julho de 1889, 400 delegados presentes no Primeiro Congresso da Segunda Internacional Socialista, em Paris, decidiram declarar o 1º de maio como o “Dia internacional do Trabalhador”, em memória aos mártires de Chicago.

A escolha feita pelos socialistas em 1889 de instituir o 1º de maio como o Dia Internacional do Trabalhador não permaneceu restrita a esse âmbito da Segunda Internacional. Com o avanço das lutas operárias e a consolidação dos movimentos sindicais ao longo do século XX, a data adquiriu um caráter universal, sendo progressivamente reconhecida como símbolo da luta da classe trabalhadora em diferentes países. Esse processo de difusão permitiu que a comemoração fosse apropriada e ressignificada de formas distintas, em alguns contextos, reforçando ideais socialistas e a memória dos mártires de Chicago; em outros, convertendo-se em instrumento de propaganda de regimes autoritários que buscavam legitimar-se perante a população trabalhadora. Foi nesse cenário contraditório que o 1º de maio passou a ser celebrado até mesmo em nações governadas por regimes antissocialistas, como a Alemanha nazista. Em seus estudos, Werner afirma que:

A celebração se difundiu rapidamente, naturalmente primeiro nos países socialistas, apesar da ditadura de Stalin. Em Moscou, a festa dos trabalhadores era comemorada com desfile militar. Notavelmente, o próprio Hitler o respeitou e, a partir de 1º de maio de 1933, denominou Dia Nacional dos Trabalhadores Alemães, porém, casualmente, no dia seguinte, dois de maio do mesmo ano, dissolveu todos os sindicatos livres da Alemanha. Mussolini, por sua vez, considerou o 1º de maio uma “data subversiva” e trocou a festa dos trabalhadores, fazendo-a

coincidir com a comemoração da fundação de Roma, vinculação nunca entendida pelos trabalhadores italianos. Em 1954, a Igreja Católica, tendo Pio XII como Papa, associou-se ao dia dos trabalhadores, declarando a data como a festa de São José Obrero. Dessa forma, o 1º de maio adquiriu, exceto por algumas poucas exceções, um inquestionável caráter de universalidade, convertendo-se na única comemoração no mundo atual que não discrimina fronteiras, raças e religiões (Werner, 2005, p. 151).

Assim, percebe-se que ao longo do tempo diferentes grupos políticos e ideológicos tentaram se apropriar do simbolismo do 1º de Maio, dando a ele novos significados, mas sem perder de vista sua origem de luta e solidariedade entre as classes. Nesse contexto interpretativo, Michel Perrot (2006, p.130), em *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*, expõe que a escolha de 1º de Maio, proposta por Raymond Lavigne, não foi aleatória. Ela recuperava as lutas dos trabalhadores de Chicago em 1886 por jornada de oito horas, mas também visava a criação de uma ação unificada que transcendesse as fronteiras nacionais, em uma perspectiva internacionalista. Era uma proposta ambiciosa, um gesto simultâneo e global de afirmação da classe trabalhadora, pelo qual cada trabalhador, mesmo isolado, se sentiria parte de uma comunidade internacional.

Perrot mostra como esse projeto inicialmente político se transformou em rito social, apropriado de formas diferentes em contextos locais variados. Em algumas cidades francesas, por exemplo, o 1º de Maio era marcado por greves; em outras, por piqueniques, desfiles, festas ou simples ausências simbólicas do trabalho. O que unificava essas ações era a ideia de que o operário poderia, pelo menos uma vez por ano, romper com a rotina imposta pela fábrica, reivindicar direitos e afirmar publicamente sua existência como sujeito coletivo (Perrot, 2006).

No caso do Brasil, esse processo de industrialização, que estava mais acelerado na Europa, acontece de forma mais devagar. Um dos mais considerados motivos é explicado por Mário Henrique Freire De Carvalho Santana:

A população no Brasil no início do século XIX era de aproximadamente 3 milhões de habitantes, dos quais 1 milhão eram escravizados. Esse contexto dificultava o desenvolvimento das relações de consumo capitalista. Além disso, as leis também limitavam o desenvolvimento de uma indústria nacional. Inicialmente por proibir a existência de

indústrias no Brasil, posteriormente pela redução de impostos para Inglaterra, fazendo com que fosse praticamente impossível a indústria nacional concorrer com os produtos ingleses (Santana, 2015, p. 23).

Nesse mesmo sentido, outro autor, José Luiz Del Roio, chama a atenção para o atraso do processo industrial brasileiro em comparação ao cenário internacional:

Façamos algumas observações sobre a origem da industrialização brasileira. Ela se inicia muito atrasada em relação aos pólos mais avançados do mundo, um século depois da Inglaterra e pelo menos cinquenta anos após os Estados Unidos. Enquanto outros países haviam se industrializado na época da livre concorrência e de forma mais ou menos isolada, o Brasil o faz na época do imperialismo (Del Roio, 1998, p. 47).

A análise de Del Roio dialoga com o fato de que, mesmo apresentando algumas iniciativas industriais antes de 1888, o Brasil manteve-se, por muito tempo, fortemente vinculado à economia agrária. Foi apenas com o fim do trabalho escravizado que esse quadro começou a se modificar de forma mais consistente, permitindo o crescimento das fábricas e a reorganização das relações de trabalho.

No entanto, é importante destacar que tais mudanças não ocorreram de forma imediata ou radical. O Brasil continuou sendo, por muito tempo, um país de base agrária, sustentado principalmente pela produção de café, que se consolidava como o principal produto de exportação. A industrialização, embora em expansão, foi marcada por um crescimento lento e desigual. Esse processo concentrou-se sobretudo na região Sudeste, em especial em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Portanto, quando falamos do Primeiro de Maio no Brasil, as primeiras manifestações são fragmentadas e pouco documentadas, mas já remontam à influência dos debates internacionais sobre a luta pelas oito horas de trabalho, conforme afirma Del Roio:

As notícias que possuímos sobre os albores do 1º de maio no Brasil são poucas e fragmentadas. Podemos associar, mesmo que de forma indireta, as demonstrações realizadas em várias partes do planeta em 1890 a uma reunião que se desenrolou na cidade de São Paulo. No dia 15 de junho desse ano, um grupo de ativistas se encontra no salão do Teatro São José, para tentar formar um partido operário. Elege-se uma comissão composta pelos ativistas Francisco Cascão, Miguel Ribeiro e

Carlos Hermida, para elaborar um programa cujo segundo ponto diz: “Promover a fixação de oito horas de trabalho”. Esse partido desaparece rapidamente, mas a data merece ser anotada como a primeira expressão do movimento dos trabalhadores para as oito horas (Del Roio, 1998, p. 50-51).

Embora essa movimentação tenha sido curta, teve grande significado, visto que mostra que o movimento operário brasileiro se alinhava com as grandes pautas. Nos anos que se seguiram, surgem novas expressões de consciência operária, ainda segundo Del Roio:

No ano seguinte, circula em São Paulo o único número de um jornal intitulado *1º de Maio* e, em Pernambuco, o deputado estadual Teles Júnior apresenta um projeto reduzindo a oito horas a jornada de trabalhadores no estado. O projeto é rejeitado. (...) Em 1892, em São Paulo, é editada uma outra folha, também número único, mas desta vez em italiano, denominada *1º Maggio* sob a responsabilidade de Achille de Santis, enquanto no Rio de Janeiro, em agosto desse ano, sob a presidência de Luís França e Silva, tenta-se novamente a criação de um partido operário no que se torna conhecido como o congresso de fundação do Partido Socialista. (...)

Em uma reunião de socialistas e anarquistas em abril de 1894, em São Paulo, a qual pomposamente denominam de Segunda Conferência dos Socialistas Brasileiros, decidem aprovar as resoluções do Congresso de Paris de 1889 e comemorar o próximo 1º de maio. Infelizmente nada puderam fazer naquele ano, porque a polícia interrompe a reunião e os leva presos (Del Roio, 1998 p. 51).

Essas movimentações demonstram que já existiam expressões significativas em torno do 1º de maio em diversas regiões do Brasil. Embora as celebrações mais documentadas e analisadas historicamente tenham ocorrido entre 1917 e 1919 em São Paulo e no Rio de Janeiro, registros indicam que mobilizações e comemorações também aconteciam em outros estados, a exemplo do Rio Grande do Sul:

Em 1891, aparecem as primeiras notícias do 1º de maio no Brasil. Em 1893, evidenciam-se algumas manifestações em cidades do Rio Grande do Sul. Apresentam-se alguns exemplos de comemorações do 1º de maio, para estabelecer algumas comparações, assumindo os riscos das generalizações. Ao tratar da comemoração do 1º de maio de 1905, em

Porto Alegre, Petersen descreve que no evento ocorre utilização de banda de música, bandeiras desfraldadas, festa campestre, conferências, baile, ato político deliberativo (Corrêa, 2010, p. 3-4)

Quanto ao caso da Paraíba, ao que consta até aqui, as primeiras notícias sobre mobilizações do 1º de Maio são de 1913:

A primeira notícia a registrar as comemorações do Primeiro de Maio na capital da Paraíba data de 1913, antes disso não encontramos notícias a respeito. Nas datas, a organização [Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais] tornava público o seu campo de atuação, compondo uma das tradições da cultura associativa da instituição. As comemorações foram amplamente divulgadas pelo jornal *A União* [...] as comemorações do Primeiro de Maio iniciavam-se nas primeiras horas do dia e se estendiam com vasta programação (fogos, passeatas, hasteamento da bandeira, entre outros) até o encerramento com uma sessão solene (Figueirêdo, 2016, p. 186-187).

Essa diversidade de experiências demonstra que, ainda nas primeiras décadas do século XX, o 1º de Maio já era apropriado como espaço de luta e visibilidade social da classe trabalhadora. O ponto alto desse movimento ocorreu entre 1917 e 1919, com greves gerais, embates policiais e um crescimento das articulações de trabalhadores, em especial a Greve Geral de 1917, que se tornou um marco para o movimento operário brasileiro. Já a década de 1920 foi marcada sobretudo pela repressão estatal e por dificuldades para a organização dos trabalhadores, em um contexto de governos que frequentemente recorriam ao estado de sítio, suspendendo direitos constitucionais e concentrando poderes arbitrários. Somente na década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas, o Estado passou a incentivar a criação de sindicatos oficiais como forma de controlar e cooptar as mobilizações operárias.

Foi durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926) que o 1º de maio se consolidou como feriado nacional:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte: Artigo único. É considerado feriado nacional o dia 1 de maio, consagrado à confraternidade universal das classes operárias e à comemoração dos martyres do trabalho; revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1924, 103º da

Independencia e 36º da Republica. ARTHUR DA SILVA BERNARDES
João Luiz Alves (Brasil, 1924, art. único)

A apropriação do 1º de Maio pelo Estado brasileiro, ainda na Primeira República, é um fenômeno que evidencia a disputa de significados em torno dessa data. Isabel Bilhão observa como o caráter de luta da celebração foi progressivamente esvaziado ao ser incorporado ao discurso oficial de exaltação do trabalho e da harmonia social. Segundo a autora,

[...] Bernardes justificou a incorporação desse feriado aos dias de gala da Nação devido às transformações pelas quais a data teria passado, ou seja, ela não seria mais dia de greves e de protestos obreiros e sim dia de glorificação ao trabalho. É interessante notar ainda que o feriado foi oficialmente denominado “Dia do Trabalho”, ou seja, estabeleceu-se como mote comemorativo a ação de trabalhar e produzir de forma ordeira e útil para o progresso do país. Olhando por esse viés, pode-se inferir que nessa acepção os trabalhadores perderam seu protagonismo em relação à data, pois foram incluídos nas comemorações todos aqueles que pertencem ao mundo produtivo, aí também considerada a classe patronal (Bilhão, 2012, p. 46)

Esse processo não se restringiu a São Paulo ou ao Rio de Janeiro, mas esteve presente também em outras regiões do país. Como demonstra Tiago Bernardon de Oliveira, o caso da Paraíba em 1913 é exemplar dessa estratégia de cooptação:

Dentre outros exemplos significativos dos esforços por constituir pontes com a classe operária e, obviamente, manter seu controle através da cooptação, temos o fato do governador nomear a S.A.O.M.L. [Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais] como entidade oficial para a preparação dos festejos do 1º de Maio. Esta designação, por si só, é demonstrativa das ligações entre ela e o governo. Além disso, existe uma série de esforços por tratar de publicizar o nome de João Pereira de Castro Pinto como um ardoroso defensor dos trabalhadores, elemento primordial para a construção do progresso humano (Bernardon de Oliveira, 2012, p. 54).

Bernardon de Oliveira mostra que essa intervenção do governo estadual não se limitava ao reconhecimento da data, mas articulava-se a uma estratégia política mais ampla, que buscava projetar a imagem de líderes locais como defensores do operariado. Nas palavras do autor:

A decretação do feriado na Paraíba é simbólica da preocupação do poder executivo em estabelecer pontes com o movimento operário local. [...] Sua decretação como feriado nacional só ocorreu em 1924, pelo decreto do presidente Arthur Bernardes, cujo governo, aliás, ficou conhecido pela repressão generalizada ao movimento operário e às oposições tenentistas. Ainda assim, seu conteúdo político, representativo das lutas dos trabalhadores contra o capital, fora esvaziado pela solvente expressão ‘dia do trabalho’, onde pudessem se identificar e ser identificados também os elementos das classes dominantes, ratificando a ideia de uma sociedade harmoniosa e sem conflitos (Bernardon de Oliveira, 2012, p. 55).

Assim, o que se percebe é que tanto nas comemorações regionais da Primeira República quanto nas grandes celebrações promovidas a partir da década de 1930, o 1º de Maio foi progressivamente apropriado como instrumento de controle político e social, confirmando a tensão entre sua dimensão de luta e sua transformação em espetáculo oficial.

Essa disputa em torno do significado do 1º de Maio revela o caráter ambíguo que a data assumiu no Brasil ainda durante a Primeira República, sendo cada vez mais monitorada e instrumentalizada pelo Estado. Essa tendência de apropriação simbólica se intensificou nos anos seguintes, especialmente no governo Vargas, quando as manifestações de trabalhadores foram incorporadas ao discurso oficial. Como sintetiza Lucília de Almeida Neves Delgado, ao comentar a obra de Adalberto Paranhos, “a ideologia do trabalhismo é identificada pelo autor como ‘uma fala roubada aos trabalhadores na medida em que é o resultado de um processo de assimilação/apropriação/ressignificação da produção simbólica e ideológica das classes trabalhadoras’” (Delgado, 2000, p. 146).

Sendo assim, uma data que originalmente foi marcada pela luta autônoma da classe trabalhadora transformou-se em um momento festivo e celebrativo. Esse processo de apropriação simbólica do Dia do Trabalhador seria aprofundado a partir da década de 1930, quando Getúlio Vargas ascendeu ao poder.

5. O PRIMEIRO DE MAIO NA ERA VARGAS

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a apropriação da data que originalmente estava associada à luta operária alcançou um novo patamar. O período de 1930 a 1945, que compreende tanto o Governo Provisório e Constitucional quanto o Estado Novo, caracterizou-se por uma política trabalhista voltada à centralização do poder e para criação de uma imagem de Vargas como o “pai dos pobres”. Logo, um dia que antes estava completamente associado aos protestos e reivindicações, passa a ser uma celebração cívica conduzida pelo Estado, onde se reforçava o chamado pacto trabalhista entre o governo e a classe operária, isto é, um conjunto de medidas legais e simbólicas que, ao mesmo tempo em que concediam direitos e benefícios aos trabalhadores (como a CLT e a mediação estatal dos conflitos), também buscavam enquadrar e controlar a ação sindical, limitando a autonomia das organizações de base. Assim, esse pacto, apresentado como um avanço social, pode ser entendido tanto como um mecanismo de proteção quanto como uma estratégia de centralização do poder e de neutralização das lutas operárias.

Nos primeiros anos da década de 1930, entretanto, essa apropriação ainda não se apresentava de forma tão evidente. Isabel Bilhão observa que,

Com exceção do ano de 1930, no qual as apurações, demoradas e tensas, do pleito presidencial de 1º de março, estenderam-se até 22 de maio, levando à proibição, por parte da polícia da Capital Federal, de todas as manifestações públicas, aí incluídas as do Primeiro de Maio, as comemorações, até 1935, parecem ter seguido a fórmula consagrada: concentrações de associações operárias, reuniões nas praças centrais, desfiles pelas ruas das cidades, bailes, missas campais, festividades nos estabelecimentos de ensino e, especialmente em 1933, reuniões nas sedes dos efêmeros partidos operários que disputavam vagas à Assembleia Constituinte e na sede da Ação Integralista Brasileira (AIB), que também passou a comemorar a data (Bilhão, 2011, p. 74).

Esse cenário revela que, até meados da década de 1930, o 1º de Maio ainda não havia sido plenamente capturado pelo Estado como instrumento oficial de propaganda, mantendo um caráter relativamente autônomo.

Ao longo dos anos a data foi se tornando uma prestação de contas e propaganda do governo. A partir de 1939, observa-se uma inflexão significativa. As comemorações na capital federal, Rio de Janeiro, passaram a ser realizadas no estádio de São Januário, campo do Vasco da Gama, até então o maior da cidade e do Brasil, o que permitia a

presença de um público massivo de trabalhadores. A escolha do local não foi casual. Sua monumentalidade e capacidade de reunir multidões ofereciam o cenário ideal para a encenação política do Estado Novo:

Dentre as cerimônias, destacam-se as comemorações de 1^a de maio, realizadas a partir de 1939 no estádio do Vasco da Gama, com São Januário - o maior estádio do Rio de Janeiro na época. Somente em 1944 as comemorações se deslocaram para o Pacaembu, em São Paulo. Nesses encontros, que reuniam grande massa de operários e o povo em geral, Getúlio iniciava seu discurso com o famoso "Trabalhadores do Brasil" e anunciava alguma medida muito aguardada de alcance social (Fausto, 2006, p. 361).

Essa transformação das comemorações em verdadeiros espetáculos de massa encontra eco no cartaz produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Se, nos estádios, Vargas discursava diante de multidões anunciando conquistas sociais, na peça gráfica sua imagem também se impõe como centro da cena, reafirmando o caráter de culto ao líder e a ideia de que os direitos trabalhistas emanavam diretamente do presidente.



Imagen 1: Cartaz relacionado ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Fonte: Memorial da Democracia, disponível em: <<https://memoraldademocracia.com.br/card/getulio-cria-o-departamento-de-imprensa-e-propaganda>>

Na Imagem 1, vemos um retrato de Getúlio Vargas bem no centro, com um tamanho imponente, cercado por estrelas que simbolizam a união do país. Na parte de baixo, aparecem trabalhadores em diferentes tarefas, mostrando a força e a dedicação da nossa gente. A frase “Concentração Trabalhista em homenagem ao benemérito Presidente Vargas” destaca uma mudança no foco da imagem: do trabalhador para o líder político.

Esse tipo de propaganda sintetiza a estratégia do Estado Novo de transformar o 1º de Maio em um “espetáculo do poder” (Capelato, 2006 *apud* Bilhão 2011), no qual o governo se apresenta como doador e guia. Essa imagem reforça a construção da imagem de Vargas como o “pai dos pobres”, ao mesmo tempo em que silencia a memória de luta e de conflito que originalmente marcou a data. Assim, o trabalhador é representado não como sujeito autônomo de reivindicações, mas como parte de um corpo social conduzido e protegido pelo Estado.

O discurso de Vargas em 1940 também exemplifica essa estratégia:

Trabalhadores do Brasil, aqui estou, como de outras vezes, para compartilhar as vossas comemorações e testemunhar o apreço em que tenho o homem de trabalho como colaborador direto da obra de reconstrução política e econômica da Pátria. [...] Procuramos, por esse meio, assegurar ao trabalhador remuneração eqüitativa, capaz de proporcionar-lhe o indispensável para o sustento próprio e da família. A elevação do nível de vida eleva, igualmente, a capacidade aquisitiva das populações e incrementa, por conseguinte, as indústrias, a agricultura e o comércio, que verão crescer o consumo geral e o volume da produção (Vargas, 1940, p. 291).

Ao analisar o discurso, percebe-se a estratégia do governo em transformar a comemoração do 1º de maio em um palco de legitimação política e social, pois, ao apresentar o salário mínimo como fruto da benevolência estatal, Vargas constrói a narrativa de um governo que orienta, tutela e recompensa o trabalhador projetando a ideia de um pacto entre Estado e classe operária. Além disso, a articulação entre discurso presidencial, festividades organizadas pelo Departamento Nacional do Trabalho (DNT) e pelo DIP, e o investimento em apresentações culturais e esportivas, revela que o Estado Novo buscava não apenas regulamentar os direitos trabalhistas, mas também moldar comportamentos, reforçar a disciplina social e consolidar a imagem de Vargas como mediador entre trabalhadores e capital, como explica Boris Fausto:

Com estes e outros elementos se construiu a figura simbólica de Getúlio Vargas como dirigente e guia dos brasileiros, em especial dos trabalhadores, como amigo e pai, semelhante na escala social ao chefe de família. O guia e pai doava benefícios a sua gente e dela tinha o direito de esperar fidelidade e apoio. Os benefícios não eram fantasia. Mas sua grande rentabilidade política se deve a fatores sociais e à eficácia da construção simbólica da figura de Getúlio Vargas, que

ganhou forma e conteúdo no curso do Estado Novo (Fausto, 2006, p. 361).

Entre 1941 e 1945, as comemorações do 1º de Maio no Brasil passaram por profundas transformações, refletindo a estratégia do governo Vargas de instrumentalizar o feriado em prol da propaganda estatal e da consolidação do Estado Novo.

Em 1941, podemos perceber que o modelo de comemoração adotado pelo governo já estava bem consolidado. Nessa época, o rádio tinha um papel muito importante, pois transmitia ao vivo os discursos do presidente para todo o país. Assim, até mesmo trabalhadores que estavam longe dos grandes centros podiam participar simbolicamente dessas celebrações.

Já em 1942, Getúlio Vargas sofreu um acidente e precisou ficar afastado das festividades do Primeiro de Maio. Apesar disso, o Brasil estava se aproximando de sua entrada na Segunda Guerra Mundial. Por isso, a comemoração aconteceu sem a presença de Vargas, mas contou com uma forte presença militar, que tinha como objetivo mobilizar as Forças Armadas Brasileiras.

Em 1943, o Primeiro de Maio foi marcado por uma grande divulgação e grandes concentrações populares, visto que seria palco do “grande presente” de Vargas para o trabalhador, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A CLT foi cuidadosamente encenada como uma dádiva pessoal do presidente, e não como resultado de décadas de mobilização sindical. A festa de 1943 contou com massivas concentrações populares, cobertura intensa da imprensa oficial e ampla divulgação nos cinejornais produzidos pelo DIP, que mostravam o entusiasmo popular diante do gesto “generoso” do líder. Nesse ano, consolidou-se a imagem de Vargas como o verdadeiro “pai dos pobres”, aquele que cuidava de seus “filhos” trabalhadores, garantindo-lhes proteção e direitos.

Como lembra Angela Castro Gomes,

Ele releu o passado das lutas dos trabalhadores sem ao menos mencioná-lo, estruturando-se a partir de uma ética do trabalho e desvalorização da figura do trabalhador nacional. Era a esta figura - novo modelo de cidadão - que o discurso se destinava e era a ela que os benefícios sociais eram oferecidos como uma dádiva (GOMES, 2013, p. 233).

Em 1944, as comemorações se deslocaram de São Januário para o Estádio do Pacaembu, em São Paulo, ato que reforçava a estratégia de ampliação do alcance das festividades. O evento contou novamente com os discursos presidenciais, que nesse ano

nos mostrariam o quanto Vargas procurava se colocar como o líder capaz de conduzir o país a uma nova etapa de progresso, apresentando a si mesmo como figura indispensável na transição para tempos de paz. Essa estratégia de se apresentar como figura essencial na condução do país rumo a tempos de paz ficou evidente em seu discurso, no qual Vargas conclamou os diversos setores da sociedade a assumirem juntos essa missão:

Para essa missão de enorme responsabilidade é que vos conclamo — chefes de indústria, operários, agricultores — todos quantos nesta abençoada terra produzem e vivem do trabalho honesto, acreditando que, no após-guerra, daremos o exemplo de um povo organizado, dono dos seus destinos, criador do próprio progresso, fiel aos ideais cristãos de fraternidade (Vargas, 1944, p. 293).

Em 1945, com o enfraquecimento do Estado Novo e a crescente pressão por uma volta à democracia, o 1º de Maio adquiriu um significado mais ambíguo. De um lado, o governo de Vargas tentou usar a data para reforçar sua legitimidade, promovendo grandes celebrações cívicas e reforçando a ideia de que era um protetor do povo. Por outro, surgiam manifestações paralelas que pediam o retorno da democracia e lembravam que a data sempre teve um espírito de luta e resistência. Assim, as comemorações daquele ano mostraram tanto a força da propaganda oficial quanto seus limites, diante da crise política que levaria à queda de Vargas em outubro.

Nesse sentido, o 1º de Maio na Era Vargas revela a capacidade do Estado de se apropriar de símbolos de contestação social e transformá-los em instrumentos de legitimação política. A data deixou de ser espaço de protesto para tornar-se celebração cívica tutelada, em que se exaltava o pacto entre governo e classe operária. Essa ambivalência entre progresso social e controle político constitui uma das chaves para compreender não apenas as comemorações do 1º de Maio, mas também o próprio projeto trabalhista do Estado Novo.

6. O PRIMEIRO DE MAIO NA PARAÍBA (1930-1945)

No estudo das décadas anteriores ao nosso recorte temporal, o Primeiro de Maio foi caracterizado por Márcio Tiago Aprígio de Figueirêdo da seguinte forma:

O Primeiro de Maio se configurou na Paraíba no período de análise como o principal rito operário, sendo comemorado em todos os anos observados. Por sua relevância e perigo, a classe dominante juntamente com o poder público tentou criar um significado para a data que lhes fosse favorável (Aprígio de Figueirêdo, 2011, p. 84).

Ele consegue nos mostrar que antes mesmo de 1930 o Primeiro de Maio havia se afirmado como um momento visível de mobilização da classe trabalhadora paraibana, a ponto de gerar receio nas elites políticas e econômicas da época. Portanto, a data já entra na década de 1930 carregando uma dualidade, onde de um lado tem o prestígio de ser o principal rito operário e de outro o histórico de tentativas de ressignificação por parte do poder público. Logo, a disputa será elevada a um novo patamar no governo de Getúlio Vargas.

A posse de Getúlio Vargas ao poder não representou apenas uma mudança de governo, mas uma reorganização do poder local, as oligarquias que aqui existiam não foram eliminadas, visto que conseguiram negociar sua permanência. Assim, a Paraíba inseriu-se em um cenário nacional de centralização política e de intensa propaganda oficial, mas preservando práticas tradicionais de clientelismo e domínio dos grupos familiares (Guimarães, 2023).

Com o movimento de 1930, emergiram na Paraíba novos atores políticos, entre eles Antenor Navarro e Gratuliano Brito, que buscaram implementar um estilo administrativo marcado pelo discurso de modernização e pelo alinhamento ao projeto varguista. No entanto, a década de 1930 foi marcada também por tensões, sobretudo durante o governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940). Sua gestão foi marcada por políticas de fortalecimento do Estado, pela repressão ao movimento operário e pela incorporação de práticas de propaganda política que transformavam atos cívicos em espetáculos públicos (Aires, 2012).

Entre 1940 e 1945, a Paraíba esteve sob a interventoria de Rui Carneiro, nomeado por Getúlio Vargas no contexto do Estado Novo, período em que se intensificou a centralização política e administrativa. Segundo Jean Patrício da Silva (2013), a interventoria representou um esforço de construção de uma “nova ordem” no estado, adequando as elites locais ao projeto autoritário varguista. Nesse mesmo sentido, Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva observa que:

É recorrente a ideia de que a Paraíba não poderia ficar dissonante do ritmo de progresso, de trabalho, de paz e de segurança que estava levando o Brasil para frente, o que só seria possível graças à serenidade e energia de Ruy Carneiro, que sabia governar à margem de grupos e prevenções pessoais, além de contar com o apoio integral de Vargas e todos os órgãos da administração federal (Silva, 2010, p.3)

No campo social, os trabalhadores enfrentavam condições de vida e de trabalho precárias, e, apesar da repressão, havia tentativas de organização e denúncia através da imprensa operária. Como destaca Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos (2022), o período foi marcado por sofrimento, adoecimento e resistência operária diante da exploração cotidiana. Nesse sentido, o estudo das comemorações do Primeiro de Maio torna-se fundamental para observar se tais tensões eram expressas ou apenas silenciadas pelo Estado. Nesse processo, a imprensa desempenhava papel estratégico, especialmente o jornal *A União*, utilizado como veículo oficial de divulgação das narrativas governamentais sobre a data.

Para a análise do nosso recorte temporal, foi realizada consulta ao acervo on-line e físico do jornal *A União*. Embora alguns anos não estivessem disponíveis para exame, o conjunto de edições acessadas mostra-se suficiente para alcançar os objetivos propostos e sustentar a interpretação aqui desenvolvida.

A partir desse levantamento, é possível reconstruir, ano a ano, a forma como o Primeiro de Maio foi celebrado na Paraíba, revelando tanto a permanência de práticas associativas quanto a crescente apropriação estatal da data.

6.1 Entre a festa dos trabalhadores e a propaganda do Estado

Na Paraíba, a leitura e análise do jornal *A União* permitem observar uma transformação gradual. O jornal começa a década noticiando comemorações de base associativa, marcadas pela memória da luta e protagonismo das sociedades operárias.

Logo nos primeiros anos da década de 30, as organizações que têm maior aparição no jornal é a União Gráfica Beneficente e Aliança Proletária Beneficente. Elas aparecem como principais organizadoras das comemorações do Primeiro de Maio, convocando trabalhadores, autoridades e famílias para eventos que combinavam solenidade e lazer, padrão que se manteve até meados de 1937.

Os registros de 1930 ainda guardam referências explícitas aos Mártires de

Chicago:

Festejando o dia do trabalho, a União Gráfica Beneficente, por seu secretário Joaquim de Almeida, convida todos os associados a comparecerem à sede social às 19 horas daquele dia, a fim de assistirem à sessão de honra aos Mártires de Chicago (*A União*, 30/04/1930, p. 2).

Já em 1931, a Aliança Proletária Beneficente organizou um programa que incluía hasteamento de bandeira, posse de nova diretoria, quermesse e retretas, além de sessões magnas abertas a trabalhadores, autoridades e famílias. As notícias destacam a ideia de “fraternidade espiritual” e de “harmonia entre todos” mesmo em tempos de “tumulto e inquietação da era”. Esse “tumulto e inquietação” remetia à combinação de crise econômica, mudança de regime e conflitos regionais que caracterizou o Brasil e a Paraíba entre 1930 e 1931. O jornal cita a expressão para valorizar as comemorações do 1º de Maio como um momento de unidade social, contraponto simbólico a um cenário de incertezas, sinalizando um discurso que conciliava solidariedade operária e ordem social.

Esse padrão se repete em 1933, quando o jornal anuncia uma “grande parada trabalhista” organizada por sindicatos e associações locais, com desfiles, discursos em diversos pontos da cidade e referências explícitas à organização em sindicatos. Até mesmo as festas de 1934 e 1935 preservam a dinâmica de sessões magnas, conferências e distribuição de donativos a crianças pobres, indicando a vitalidade das sociedades benéficas e a centralidade de valores como mutualismo, solidariedade e instrução.

Conforme argumenta E.P. Thompson (2004), as classes trabalhadoras não surgem apenas da industrialização, mas de experiências compartilhadas de sociabilidade e luta, que é exatamente o que se observa nas associações paraibanas, que articulavam lazer, educação e reivindicação em um mesmo espaço. Isabel Bilhão (2011) já havia destacado que, até a década de 1930, as comemorações do 1º de Maio em diversas partes do país mantinham esse mesmo padrão.

É a partir de 1936-1937 que essa perspectiva iria começar a apresentar mudanças que já anunciam a transição do protagonismo operário para uma organização mais centralizada e supervisionada pelo poder público, especialmente após a Intentona Comunista de 1935. Greves foram reprimidas, sindicatos vigiados e opositores perseguidos, compondo um quadro em que a festa cívica e a violência estatal se complementavam.

As edições disponíveis de 1936 não registram diretamente as festas de 1º de Maio, mas trazem uma notícia sintomática, a inauguração, justamente no dia 1º, da ponte da Ilha Índio Piragibe, com a presença de autoridades estaduais.

Embora não fosse uma comemoração operária, a escolha da data para inaugurar uma obra pública revela a apropriação simbólica do feriado como momento de celebração do progresso e da ação governamental, deslocando a centralidade da festa do trabalhador para a exaltação do Estado.

No ano seguinte, a cobertura de *A União* mostra com nitidez a nova lógica. A edição de 28 de abril anuncia:

Prosseguem com o maior empenho, as atividades para as comemorações de 1.º de maio, nesta capital. Com o intuito de que essas festas alcancem o maior brilhantismo possível, foi ontem organizada uma comissão central que, sob a presidência do deputado Miguel Bastos, presidente da ‘União Geral dos Trabalhadores Syndicalizados da Paraíba’, se encarregará do programma a ser realizado naquelle dia (*A União*, 28/04/1937, p. 1).

Detalhando o que aconteceu naquele dia, houve uma sessão cívica na Academia de Comércio Epitácio Pessoa, com autoridades civis e militares; encontro de voleibol entre os times locais; retrata musical no Parque Arruda Câmara e, à noite, uma sessão cívica na Aliança Proletária Beneficente, com números musicais e literários.

Esse processo exemplifica a “oficialização” das festas, como observa Bilhão (2011) para outras regiões do país, já que o 1º de Maio deixava de ser apenas um rito das associações para se tornar um evento cívico coordenado por lideranças políticas alinhadas ao governo Vargas. Outro ponto que se pode destacar é a incorporação dos elementos esportivos e recreativos (jogos de voleibol, retratas musicais), que, de acordo com Hobsbawm (2008), fazem parte do processo de invenção de tradição, que é utilizado para produzir identidades nacionais e consolidar a cultura coletiva.

A partir de 1938 e 1939, as notícias sobre o 1º de Maio na Paraíba evidenciam sua plena captura pelo projeto cívico do Estado Novo. O que antes no início da década eram organizados por associações operárias, sofre um processo de centralização. Sob a lógica do corporativismo varguista, o 1º de Maio deixa de ser um momento de reivindicação para tornar-se uma vitrine da ação governamental e da harmonia social. O jornal reflete essa virada ao destacar a figura de Getúlio Vargas como “protetor e beneficiador dos

trabalhadores”, transformando a data em um rito de lealdade ao Estado e ao líder, como evidencia a edição de 27 de abril de 1938 de *A União* (imagem a seguir).



Imagen 2: Primeira página do jornal *A União* de 27 abr. 1938 com a manchete “Getúlio Vargas, protetor e beneficiador dos trabalhadores”, evidenciando a apropriação estatal do 1º de Maio pelo Estado Novo.

Na manchete, observa-se como a figura presidencial é apresentada como fonte exclusiva das conquistas sociais, transferindo ao governo o papel de garantidor dos direitos trabalhistas e apagando a memória das lutas sindicais. Como observa Angela de Castro Gomes (2005), essa estratégia produzia uma identidade coletiva em que o trabalhador aparecia como parte de uma “família nacional” conduzida pelo líder:

Esta era uma nova forma de exercício do poder que, sem abdicar da soberania do Estado – controle sobre o território –, suplementava-a com um controle sobre a sociedade. Ou seja, com um controle que era fundamentalmente uma técnica de construção do povo/nação como uma grande família, em que o Estado/presidente era o pai/guia (GOMES, 2005, p. 238).

Nesse ano a programação incluía sessão solene no Theatro Plaza, com a presença do interventor Argemiro de Figueirêdo, retretas musicais e inauguração de obras públicas como o calçamento de ruas e a limpeza urbana (*A União*, 01/05/1938). O orador oficial

foi o cônego Matias Freire, evidenciando a aliança entre Igreja e Estado. A participação da Igreja dava um sentido moral a essa narrativa, legitimando a política de integração social e neutralizando conflitos de classe em nome da harmonia nacional.

No ano seguinte, o ponto alto foi a promulgação da Justiça do Trabalho no próprio dia 1º de maio, o que confirma mais uma vez a ideia da benevolência estatal e a necessidade da gratidão do povo. A comemoração neste ano terá a cobertura ampliada e um tom nacional. *A União* registra:

Na concentração realizada na Praça do Trabalho, às 15 horas, nesta Capital, grande massa operária ouviu atentamente a palavra do Chefe Nacional através de alto-falantes, podendo assim acompanhar as extraordinárias manifestações (*A União*, 03/05/1939, p.1).

Esse anúncio evidencia a centralização e a padronização das comemorações, visto que não se trata mais de festas autônomas, mas de um calendário coordenado de cima para baixo, em que todos devem participar sob a mesma pauta e escuta. Isabel Bilhão (2011) interpreta esse movimento como uma tentativa de neutralizar as experiências regionais e as lutas trabalhistas, enquadrando-as em um repertório oficial de ordem e progresso.

Outro ponto que se pode destacar é que, no início da década, os discursos eram realizados por representantes sindicais, reforçando a dimensão de autorrepresentação e protagonismo da classe trabalhadora. Contudo, isso muda radicalmente a partir do Estado Novo, quando as autoridades governamentais, em especial o Ministro do Trabalho, se tornam o porta-voz autorizado da festa.

Desse modo, a persona do ministro discursando em cadeia nacional não é apenas uma opção organizativa, mas um símbolo de poder, pois ele personifica o Estado como único intérprete legítimo das demandas dos trabalhadores, enquanto os sindicatos, reduzidos à condição de colaboradores do regime, perdem o direito de falar em nome da classe.

Em suma, a trajetória das comemorações do 1º de Maio na Paraíba ao longo da década de 1930 revela uma profunda transformação no modo de representação e organização da classe trabalhadora. O que começou como um espaço de sociabilidade e memória operária foi progressivamente sendo incorporado à lógica do Estado varguista. A oficialização do 1º de Maio, reforçada pela presença de autoridades políticas, pela padronização de discursos e pela exaltação de Vargas como “pai dos trabalhadores”, deslocou a narrativa das lutas sociais para a gratidão ao Estado, apagando a memória de

resistência e apresentando a harmonia entre classes como um ideal nacional. Dessa forma, a festa que outrora celebrava a força coletiva dos trabalhadores tornou-se instrumento de legitimação do poder, transformando a data em um ritual de lealdade e integração à ordem corporativista do Estado Novo.

Ao entrarmos na década de 40, torna-se evidente a consolidação de um modelo de festividade inteiramente integrado ao projeto trabalhista do Estado Novo, em continuidade ao que se estabelece desde a segunda metade da década de 1930. No ano de 1940, a programação oficial mesclava elementos religiosos, cívicos e recreativos, reforçando a ideia de harmonia social. O jornal descrevia da seguinte forma:

Às 7 horas da manhã, haverá Missa campal na Praça da Independência, com a presença de autoridades civis, militares e trabalhistas, seguida de discursos alusivos à data. À tarde, às 15 horas, no Theatro ‘Plaza’, realizar-se-á a grande concentração operária, ocasião em que serão lidas mensagens do sr. Presidente Getúlio Vargas e do sr. Ministro do Trabalho Valdemar Falcão (*A União*, 01/04/1940, p. 7).

Além disso, o Primeiro de Maio de 1940 testemunharia a criação do salário mínimo. Do ponto de vista jurídico, o salário mínimo foi instituído como um piso obrigatório de remuneração que assegura condições de subsistência ao trabalhador e sua família. Contudo, ao decorrer desse estudo, conseguimos chegar à conclusão de que apesar dessa legislação trazer uma melhoria real para os trabalhadores, também se encaixa na narrativa de benesse estatal que vem sendo construída:

[...] assinámos, hoje, um ato de incalculável alcance social e econômico: a lei que fixa o salário mínimo para todo o país. (...) Procurámos, por esse meio, assegurar ao trabalhador remuneração equitativa, capaz de proporcionar-lhe o indispensável para o sustento próprio e da família (Vargas, 1940, p. 293).

O jornal *A União* traz essa legislação como “uma das maiores conquistas do proletariado brasileiro” (*A União*, 04/05/1940, p.5). Contudo, a análise do discurso de Vargas revela a transformação de direitos em favores, minimizando a dimensão das lutas sociais que os haviam conquistado.

O ano de 1941 segue o mesmo padrão estabelecido. Contudo, em 1942, em pleno contexto da Segunda Guerra Mundial, o tom patriótico ganhará força. A cobertura nacional destacava a “imponente concentração no Estádio de São Januário, onde o Chefe

da Nação, Getúlio Vargas, e o Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, pronunciaram discursos de largo alcance social e patriótico" (*A União*, 01/05/1942, p.2).

A repetição quase literal da programação em várias capitais ilustra o que Hobsbawm (2008) denomina “invenção de tradição”, um ritual recente que se apresenta como natural e antigo, servindo à produção de identidades e lealdades coletivas.

Em 1943, as páginas do jornal descrevem uma programação meticulosamente planejada: missa campal ao amanhecer, desfiles de trabalhadores e militares, concentração cívica na Praça da Independência e leitura de mensagens oficiais do Ministério do Trabalho. Caravanas motorizadas, bandas de música e a presença ostensiva de autoridades compunham um espetáculo de ordem e disciplina que transformava o trabalhador em “soldado do trabalho”, convertendo o 1º de Maio em ritual de adesão ao regime e ao esforço de guerra.

O contexto da Segunda Guerra Mundial deu nova força a esse enquadramento. A união entre trabalhador e soldado, tão presente nos rituais de 1943, reforçava a ideia de que o trabalho era também um ato de guerra. Dessa forma, 1º de Maio deixava de ser apenas a repetição de toda aquela propaganda e passava a ser também um momento de mobilização nacional, em que cada operário era convocado a participar do esforço coletivo pela vitória.

As edições de 1944, embora menos ricas em detalhes do que anos anteriores, reforçam a continuidade do padrão já estabelecido pelo Estado Novo. As celebrações mantêm o mesmo esquema: missa campal, concentração cívica e leitura de mensagens oficiais, exaltando a política social de Vargas. O aspecto mais marcante é a insistência no tom disciplinador e patriótico.

A ausência de elementos novos em 1944 pode ser interpretada como sintoma da rigidez e saturação da fórmula propagandística do regime. Se em 1938-1940 havia inovação, como a criação da Justiça do Trabalho, e anúncio do salário mínimo, nos anos seguintes a festa se reduz a reafirmações, como se o governo dependesse cada vez mais da ritualização para manter sua legitimidade em um contexto de guerra e crescente pressão democrática.

Já em 1945, as páginas de *A União* trazem um quadro muito distinto. A guerra se aproximava do fim e a crise do Estado Novo estava em curso. O jornal registrou

pronunciamentos que combinavam o discurso patriótico com mensagens eleitorais e defesa explícita da permanência de Vargas no poder.

A matéria “O Dia do Trabalhador”, publicada em *A União* em 1º de maio de 1945, é um exemplo emblemático da apropriação política da data pelo Estado Novo. O texto mobiliza uma retórica de conciliação entre classes, exaltando o 1º de Maio não como momento de reivindicação, mas como festa de “confraternização” e “vitória nacional das aspirações do homem do trabalho”:

Hoje, Primeiro de Maio, se comemora a data do trabalho, com sumptuosas festas promovidas pelo operariado brasileiro. No Rio, as comemorações terão destaque especial, que consistirá no discurso que o presidente Getulio Vargas vai dirigir aos trabalhadores, no estádio do Vasco da Gama.

As federações trabalhistas se incumbiram, atendendo aos desejos dos sindicatos, de organizar as festas de hoje, tomando parte nelas grandes concentrações operárias. Vai colaborar para o brilhantismo das comemorações as sociedades desportivas e culturais, que organizarão, com grande número de associados, as diversas festas do dia, a se realizar nesse clima ideal de regozijo pelo salutar ideal que entre todos se apregoa.

Quando em outros países, o primeiro de maio tem uma expressão revolucionária, muitas vezes relembrando reivindicações sangrentas, no Brasil, ele é uma grande festa de confraternização das classes, numa atmosfera que marca a vitória nacional das aspirações do homem do trabalho.

E nunca poderá ser dissociado das comemorações desse dia o nome do presidente Getulio Vargas. Não há preconceito de ordem política que possa obscurecer a figura do Presidente, no capítulo da legislação social, cuja ação culmina em proteger e amparar os trabalhadores manuais, mas a dilatá-la a todos os trabalhadores, com benefícios dos industriais, dos empregados nos estabelecimentos comerciais, médicos e odontólogos, até os músicos encontraram amparo dentro da qual o Chefe da nova democracia resolveu promover.

E o operariado brasileiro, reunido em torno do seu presidente Getulio Vargas, considera o seu Primeiro de Maio não mais aquele que lhe era hostil, mas, enfim, a carta dos seus direitos de homem.

O Primeiro de Maio, assim, é a festa que justifica plenamente o público nacional (*A União*, 01/05/1945, p.3).

Em primeiro lugar, em comparação com outros países o jornal afirma que, enquanto em outros contextos a data teria uma expressão “revolucionária” e até “sangrenta”, no Brasil ela seria um símbolo de harmonia social. Esse contraste constrói uma identidade nacional baseada na ideia de que a experiência brasileira seria distinta e superior, por ter superado o conflito de classes em favor da cooperação. Essa visão se insere na lógica do corporativismo varguista, que, ao negar o antagonismo entre capital e trabalho, buscava integrar os trabalhadores ao projeto estatal.

Seguindo a análise, a figura de Getúlio Vargas aparece como eixo central da narrativa. O jornal afirma que “não há preconceito de ordem política que possa obscurecer a figura do Presidente”, associando-lhe a totalidade da legislação social e convertendo-o em fonte única de proteção trabalhista. Assim, direitos conquistados por décadas de luta operária são ressignificados como dádivas pessoais do “Chefe da nova democracia”. Essa operação simbólica corresponde ao que Angela de Castro Gomes (2005) descreve como a construção do trabalhador como parte de uma “família nacional”, em que Vargas figura como “pai” protetor.

Por fim, o texto enfatiza que o trabalhador brasileiro, “reunido em torno do seu presidente”, não encara mais o 1º de Maio como hostil, mas como “a carta dos seus direitos de homem”. Aqui, o jornal apresenta como a data, que tinha origem na luta dos mártires de Chicago e em greves operárias, é reinterpretada como uma festa de adesão e gratidão ao Estado. A memória de conflito é apagada em favor de uma narrativa de pacificação, reafirmando a ideologia do Estado Novo mesmo em seu momento de crise.

Em síntese, a análise das comemorações do Primeiro de Maio na Paraíba entre as décadas de 1930 e 1940 evidencia uma transformação profunda na natureza e no significado dessa data. O que inicialmente se configurava como um espaço de sociabilidade, memória operária e protagonismo dos trabalhadores, promovido pelas sociedades benéficas e sindicatos locais, foi progressivamente apropriado pelo Estado, especialmente a partir da consolidação do projeto varguista e do Estado Novo. A institucionalização das festividades, a presença ostensiva de autoridades, a centralização dos discursos e a exaltação de Getúlio Vargas como “pai dos trabalhadores” deslocaram o foco das lutas sociais para a narrativa de gratidão e lealdade ao Estado.

Esse processo ilustra a estratégia do corporativismo varguista de neutralizar conflitos de classe e construir uma identidade nacional baseada na cooperação entre trabalhadores e governo, transformando o Primeiro de Maio em um instrumento de propaganda política e de integração social. Mesmo conquistas concretas, como a criação do salário mínimo e a promulgação da Justiça do Trabalho, foram reinterpretadas como dádivas estatais, reforçando a figura paternalista de Vargas e apagando a memória histórica das mobilizações operárias.

Portanto, a trajetória do Primeiro de Maio na Paraíba não apenas reflete a tensão entre autonomia operária e controle estatal, mas também exemplifica como o Estado Novo utilizou rituais cívicos e festividades públicas para consolidar poder, criar consenso social e redefinir o significado das conquistas trabalhistas, convertendo uma data originalmente reivindicativa em um símbolo de harmonia nacional e lealdade política.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das comemorações do 1º de Maio na Paraíba entre 1930 e 1945 evidencia um processo histórico marcado por disputas simbólicas, apropriações políticas e transformações profundas no significado da data. O que nasceu como um rito de resistência e memória operária foi gradativamente incorporado à lógica do Estado varguista, deixando de ser um momento de protesto para se tornar uma festa cívica cuidadosamente planejada.

Nos primeiros anos da década de 1930, as sociedades operárias paraibanas, como a União Gráfica Beneficente e a Aliança Proletária Beneficente, mantinham viva a dimensão reivindicatória do 1º de Maio, associando a comemoração à solidariedade de classe, ao mutualismo e à memória de luta. Contudo, à medida que o projeto político de Getúlio Vargas se consolidava, especialmente com a instalação do Estado Novo, a presença estatal tornou-se cada vez mais central, deslocando o protagonismo das organizações de trabalhadores para as autoridades políticas e para a figura do presidente.

Essa mudança não se restringiu à organização material das festividades, mas alcançou o plano simbólico. O discurso oficial, amplamente veiculado pelo jornal *A União*, órgão de imprensa controlado pelo governo, construiu uma narrativa em que os direitos trabalhistas, como a Justiça do Trabalho, o salário mínimo e a Consolidação das Leis do Trabalho, apareciam não como conquistas da classe operária, mas como dádivas do “pai dos pobres”. Assim, a luta social era silenciada em favor de uma imagem de

harmonia entre capital e trabalho, idealizada como característica da “família nacional” conduzida por Vargas.

A Paraíba, embora com uma história diferente dos grandes polos industriais do país, participou ativamente desse processo, revelando que a propaganda varguista e o corporativismo estatal não se limitaram ao eixo Rio-São Paulo. Ao contrário, foram capazes de se enraizar em realidades regionais, adaptando-se às particularidades locais, mas preservando o objetivo central de neutralizar conflitos de classe e fortalecer a legitimidade do regime.

Dessa forma, o 1º de Maio na Paraíba ilustra a complexa relação entre Estado e trabalhadores na Era Vargas. A festa que outrora celebrava a força coletiva da classe operária tornou-se um instrumento de integração política, em que a presença de autoridades, a padronização de rituais e a centralidade do líder substituíram a autonomia sindical e a memória de resistência. A história dessas comemorações revela, portanto, como a política trabalhista varguista operou não apenas no plano econômico, mas também no campo simbólico, transformando direitos em favores e lutas em espetáculos.

Ao recuperar essas trajetórias, este estudo contribui para buscar preencher uma lacuna da historiografia, mostrando que a apropriação estatal do 1º de Maio não foi um fenômeno restrito aos grandes centros, mas um processo nacional que também se manifestou em espaços como a Paraíba. Mais do que uma narrativa local, a análise das celebrações paraibanas permite compreender a amplitude e a eficácia do projeto político varguista, evidenciando que a construção de consenso social passa, necessariamente, pela disputa pela memória e pelo significado das práticas coletivas.

Referências

Fontes primárias

Jornal *A União* (João Pessoa). João Pessoa: Empresa Paraibana de Comunicação, 19351945. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao>.

Cartaz relacionado ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Fonte: Memorial da Democracia, disponível em: <https://memoraldademocracia.com.br/card/getulio-criao-departamento-de-imprensa-e-propaganda>

Bibliografia

AIRES, José Luciano de Queiroz. *Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)*. 2012. 393 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2012

APRÍGIO DE FIGUEIRÊDO, Márcio Tiago. “Solidários nos demos as mãos”: as associações mutualistas de trabalhadores na Paraíba do Norte (1881-1910). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

APRÍGIO DE FIGUEIRÊDO, Marcio Tiago. *A primeiro de maio na Paraíba (1913-1930)*. Guarabira: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Licenciatura em História / Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 2011.

ARENKT, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. rev. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 15.

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, p. 11-32, 2003.

BILHÃO, Isabel. “Trabalhadores do Brasil!”: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 71-92, 2011.

BRASIL. Decreto nº 4.859, de 26 de setembro de 1924. Declara feriado nacional o dia 1º de maio. *Diário Oficial [da] União*: seção 1, Brasília, DF, 28 set. 1924. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4859-26-setembro1924-567741-publicacaooriginal-91057-pl.html>.

CAVALCANTI, Z. V.; SILVA, M. L. S. A importância da Revolução Industrial no mundo da tecnologia. *Anais Eletrônico do VII Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar* – EPCC, Maringá, 2011. Disponível em: https://www.unicesumar.edu.br/epcc2011/wp-content/uploads/sites/86/2016/07/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf.

CORRÊA, Larissa Rosa. *O Primeiro de Maio no Brasil: Memória, Historiografia e Experiência*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

DEL ROIO, José Luiz. *A história de um dia! 1º de maio*. São Paulo: Ícone, 1998.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O roubo da fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. *Critica Marxista*: Roma/ São Paulo: UNICAMP, n 11, 2000.

DORIGATI, T. M.; LUZ, C. K. Três cenários para a relação entre trabalho e gênero frente à Quarta Revolução Industrial. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, Uberlândia, v. 47, n. 2, p. 168-197, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/49063>.

- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- GUIMARÃES, Arthur Silveira. *Os caminhos de uma “Revolução”: o movimento de 1930 na Paraíba*. Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba, 2023.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). A invenção das tradições. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATIAS, Antonio Augusto Nogueira. O trabalho à luz da teologia de Santo Agostinho. *Pensar – Revista Eletrônica da FAJE*, v. 5, n. 2, p. 257-266, 2014. Disponível em: <https://periodicos.faje.edu.br/pensar/article/view/3010>. Acesso em: 23 set. 2025.
- OLIVEIRA, Elisângela Magela. Transformações no mundo do trabalho, da Revolução Industrial aos nossos dias. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 84-96, fev. 2004. Disponível em: <www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html>.
- OLIVEIRA, Terezinha. Considerações sobre o trabalho na Idade Média: intelectuais medievais e historiografia. *Revista de História*, São Paulo, n. 166, p. 109-128, jan./jun. 2012.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Pela reforma, contra a revolução: notas sobre reformismo e colaboracionismo na história do movimento operário brasileiro da Primeira República. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, v. 3, n. 5, p. 26-60, jul. 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica>.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 3, n. 3, maio 1995.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio–São Paulo. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ael/>.
- SANTANA, Mario Henrique Freire de Carvalho. *O 1º de maio em Sergipe: (1890-1930)*. São Cristóvão (SE): Universidade Federal de Sergipe, 2015. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7378/2/Mario_Henrique_Carvalho_Santana.pdf.

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. Trabalho e adoecimento no governo Vargas (Paraíba, 1930-1945). *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/57280>.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. De interventor a democrata: as diversas faces de Ruy Carneiro. In: XIV Encontro Estadual de História, 2010, João Pessoa. Anais Eletrônicos do XIV Encontro da ANPUH-PB. Campina Grande: EDUFCG, 2010. p. 1-12.

SILVA, Jean Patrício da. *A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Rui Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6015>.

SILVA, Paula Tamires Veríssimo da. *Movimento sindical urbano na Paraíba: organização, lutas por direitos e repressão aos trabalhadores (1958-1964)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. O racional e o razoável: Aristóteles e o trabalho hoje. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-14, ago. 2003. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/bitstreams/00f3185a-12c0-449c-ab9c947266a9f032/download>.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

VARGAS, Getúlio. A política trabalhista do Governo e seus benefícios. Discurso pronunciado no Estádio de São Januário, Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, em 1º de maio de 1940. *Presidência da República*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getuliovargas/discursos/1940/16.pdf/view>.

VARGAS, Getúlio. *Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas: 1940*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1940. p. 291. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getuliovargas/discursos/1940>.

VARGAS, Getúlio. *Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas: 1944*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1944. p. 293. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getuliovargas/discursos/1944>. Acesso em: 23 set. 2025.

WERNER, Antonio Federico. Passado e presente do Dia 1º de Maio. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 148-152, ago./dez. 2005.